



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Celso Furtado e a Nova Economia Política: excedente econômico e transnacionalização das empresas na interpretação do capitalismo pós-nacional

Celso Furtado and the New Political Economy: economic surplus and transnationalization of companies in the interpretation of post-national capitalism

Roberto Pereira Silva; (Unifal-MG); roberto.silva@unifal-mg.edu.br

RESUMO: O artigo examina o livro *Prefácio à Nova Economia Política* (1976) de Celso Furtado destacando o percurso teórico e interpretativo do autor, com ênfase na categoria de excedente econômico e na interpretação do capitalismo pós-nacional. Em um primeiro momento discutimos o excedente enquanto uma categoria central para captar as divisões sociais dentro do sistema econômico e as formas de apropriação da riqueza. Essa categoria também permite a Celso Furtado introduzir especificidades sociais, políticas e históricas na análise econômica, recusando uma visão estática dos fatores que influenciam o desenvolvimento. Em seguida, recuperamos suas reflexões sobre as transformações do capitalismo mundial e a expansão das empresas transnacionais como uma evidência de que as relações de poder desiguais entre empresas e países restringem as opções dos Estados nacionais para formular uma política de desenvolvimento.

Palavras-chave: Celso Furtado. Excedente Econômico. Multinacionais.

ABSTRACT: The aim of this article is to investigate Celso Furtado's *Prefácio à Nova Economia Política*, highlighting its theoretical and interpretative path, with emphasis on the notion of economic surplus and its interpretation of post-national capitalism. At first, we discuss the notion of economic surplus as a central category to capture the social divisions within the economic system and the forms of wealth appropriation. This category also allows Celso Furtado to introduce social, political and historical specificities into economic analysis, refusing a static view of the factors that influence economic development. Then, we recover his reflections on the transformations of world capitalism and the



expansion of transnational companies as evidence that the unequal power relations between companies and countries restrict the options of national States to formulate a development policy.

Keywords: Celso Furtado. Economic Surplus. Multinational Companies.

Em 1976, Celso Furtado lança *Prefácio à Nova Economia Política*. O ensaio que dá título ao volume pode ser considerado peculiar no conjunto da produção do autor na década de 1970: longo, amplamente fundamentado com discussões teóricas em cinquenta notas de rodapé, algumas extensas; discursivamente, tem a forma de um prefácio e uma tábua de matérias expandida do conteúdo de um livro ainda por escrever. Colocado em perspectiva, trata-se de texto que se distancia das publicações anteriores do autor pelo conteúdo teórico, filosófico e histórico, contrastando com os ensaios de compreensão da realidade brasileira e das transformações no capitalismo mundial de que vinha se ocupando.

Para Francisco de Oliveira, o livro inauguraria uma fase “filosófica”, caracterizada pela “ampla incursão pelo terreno da discussão das próprias premissas científicas, do arcabouço teórico da economia e de sua capacidade para dar resposta aos grandes problemas contemporâneos” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). João Antônio de Paula, por sua vez, nota a “expressiva ampliação do universo teórico-conceitual de Celso Furtado entre 1967 [...] e 1976 [...] onde dá mostras de estar inteiramente informado das grandes questões em debate nas ciências sociais de então” (PAULA, 2022, p. 177).

Bianconi e Coutinho (2019), examinando noção de excedente na obra de Furtado, marcam as transformações do conceito que são plasmadas no livro de 1976. Para eles, a noção de excedente foi sendo refinada para dar conta da complexidade dos fenômenos que Celso Furtado vinha teorizando:

Tratava-se de debater o fracasso de diversos esforços de desenvolvimento, bem como o redesenho do espaço econômico mundial pela via das empresas multinacionais. Mudara o próprio caráter do subdesenvolvimento, e a análise das transformações envolveu uma redefinição da noção de excedente (Bianconi; Coutinho, 2019, p. 1143).

Ademais, os autores também enfatizam como a noção de excedente sempre esteve presente na teorização sobre o desenvolvimento econômico de Celso Furtado, o



que pode ser visto nos diversos trabalhos em que Furtado (1954, 1961, 1976) discutiu a história do pensamento econômico.

Importa considerar, portanto, a modificação na evolução do pensamento de Furtado em meados da década de 1970, tendo como balizadores também seu livro anterior, *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e o posterior, *Criatividade e dependência na Civilização Industrial* (1978). Esse seriam seus anos de “high theory” para usar a expressão de George Schackle. De fato, os trabalhos de análise da obra de Celso Furtado tendem a abordar esses três livros juntos, embora a ênfase recaia, a depender da escolha de cada autor, em um deles em especial. Contudo, *Prefácio à Nova Economia Política* parece ser o menos estudado, o que não deixa de ser um sinal de sua já apontada singularidade no conjunto da produção do autor.

Cunha e Britto (2018, p. 4-5) inserem *Prefácio à Nova Economia Política* dentro de um esforço maior de revisão de sua compreensão da industrialização como o meio para atingir o desenvolvimento. Nesse sentido, Celso Furtado introduz as noções de cultura e criatividade como forma de expandir os horizontes da ciência econômica. Segundo os autores, essa reavaliação resultaria no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*.

Loureiro, Rugitsky e Saad-Filho (2021, p. 2), examinando os dois *Working Papers* que estão na base dos capítulos principais de *O mito do desenvolvimento econômico* consideram-nos

a crucial step in Furtado’s career. They came out of his reconsideration of the prospects for development in the periphery in the light of the setbacks imposed by the military coups of 1964 in Brazil, and 1973 in Chile; they also prepared the ground for a series of works published between the late 1970s and the early 1980s, when Furtado returned to Brazil after years in exile.

No que tange à periodização das ideias de Furtado, Renata Bianconi (2016, p. 175) afirma que suas reflexões entre 1966 e 1972 estariam marcadas por um “acerto de contas” com o Brasil, enquanto a publicação de *O mito do desenvolvimento econômico* representa uma “guiada teórica que marcaria a sua obra”. Mais adiante, reafirma que “a guinada teórica de meados da década de 1970 é fruto de uma nova percepção da evolução do capitalismo industrial, notadamente com a emergência das empresas multinacionais (idem, p. 185). Comparando os dois períodos, afirma que nos anos



inicias do exílio, entre 1966 e 1972 “Furtado identifica novos problemas e busca novos caminhos para a reflexão sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, preocupações que seriam consolidadas posteriormente em obras como *O mito do desenvolvimento econômico* e, especialmente, *Criatividade e dependência*” (idem, p. 186).

Loureiro *et alli* (2021, p. 4) também apontam uma ruptura na obra de Furtado, desta vez com sua interpretação sobre a estagnação econômica:

Furtado reassessed his views again, famously clashed with other dissident economists, and shifted his critique of Brazilian development away from narrow economic notions of stagnation driven by underinvestment and underconsumption and, increasingly, towards an interdisciplinary approach encompassing economic theory, politics, sociology and culture; he also stressed the imperative of distribution to achieve social integration and national autonomy.

Dessa forma, podemos perceber que os intérpretes marcam rupturas teóricas na obra de Furtado, hora, no período posterior ao exílio, ora na metade da década de 1970. Consensual entre eles, contudo, é o surgimento de um novo conjunto de preocupações a partir de 1974 e que avança nos anos seguintes compreendendo o livro *Prefácio à Nova Economia Política*.

O próprio Celso Furtado em seus textos autobiográficos e pessoais enfatiza a ruptura que vinha fazendo em suas concepções. Crucial nesse processo foi sua segunda estadia na Universidade de Cambridge no ano letivo de 1973-1974 durante a qual professou “um curso sobre a problemática do subdesenvolvimento, em realidade uma exposição das ideias que elaborara no decênio anterior...” Contudo,

o essencial do meu tempo dediquei a participar de seminários em torno de temas que me interessavam, a debater com colegas a ideia de uma reconstrução da economia política, a rearrumar minhas próprias ideias, a espremer a cabeça para decifrar alguns dos enigmas que havia tempo me perseguiram (Furtado, 1997, pp. 222-223).

Esse retorno à Cambridge, onde escrevera *Formação econômica do Brasil* em 1958, é fundamental para essa guinada em seu pensamento. Para além de dois *Working Papers* que apresentou e que serviram de base, após consideráveis reformulações, aos dois primeiros capítulos de *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado afirmaria que: “do esforço intelectual que então realizei saíram *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, *Prefácio à nova economia política*, de 1976, *Criatividade e*



dependência, de 1978, e *Pequena introdução ao desenvolvimento*, publicado em 1980” (idem, p. 223).

Em carta a Fernando Henrique Cardoso, datada de 17 de abril de 1976, Celso Furtado descreve os temas do livro de 1976:

Estou terminando o trabalho que lhe falei, que recebeu o título de *Prefácio a uma Nova Economia Política*. Na verdade, trata-se de um Prefácio e Tábua de Matéria. Retomei a tradição da economia, anterior a Ricardo, de uma ciência social global, o que requer partir de um quadro conceitual mais amplo do que esse a que nos habituamos na *análise econômica*. Uma tentativa desse tipo implica abrir um diálogo em muitas direções. Alguns anos atrás esse diálogo seria principalmente com os neoclássicos em economia, ou com os funcionalistas em sociologia, hoje o interlocutor mais vigoroso são os marxistas. Como estes vivem fechados em um monólogo, simplesmente trazê-los para um diálogo seria uma não pequena vitória” (FURTADO, 2021, p. 111).

Embora não seja possível adentrar e discutir a totalidade dos argumentos apresentados por Celso Furtado no ensaio que dá título ao volume, de fato, as referências à economia política clássica e à Marx são abundantes. Destaque-se também, que neste que seria um trabalho fortemente teórico, entre seus objetivos está a intervenção nos debates coetâneos, demonstrando uma característica intrínseca do pensamento do autor: a relação entre a teoria, a compreensão da realidade e a intervenção nos debates intelectuais.

A julgar pelas próprias palavras do autor, o livro tem uma posição importante em sua obra, pois trata de “rearrumar” suas ideias e “decifrar” enigmas que o perseguiram.

Considerando que o *Prefácio à Nova Economia Política* tem características especiais em sua obra, demonstrando um avanço do autor em relação às publicações imediatamente anteriores de 1972 e 1974, o que propomos nesse artigo é investigar, não apenas no ensaio que dá título ao volume, mas também outros textos incluídos na publicação – sobretudo “O capitalismo pós-nacional” e “A nova ordem econômica mundial” – com ênfase em duas categorias que foram formuladas, reelaboradas e/ou consolidadas e que podem ser compreendidos como as linhas mestras do que Celso Furtado vinha perseguindo nos últimos anos. Tratam-se das categorias de excedente



econômico e de capitalismo pós-nacional. Assim, além dessa introdução, o artigo está dividido em mais duas seções e uma conclusão.

Na primeira delas, abordamos a noção de excedente, recuperando brevemente sua significação em obras anteriores e destacando como o conceito foi refinado e recolocado para fundamentar a *Nova Economia Política*. Em seguida, discutimos a noção de capitalismo pós-nacional, resultado das indagações de Celso Furtado desde 1964-65 sobre a nova configuração dos sistemas internacionais de poder e da atuação das empresas transnacionais e suas implicações no enfraquecimento dos Estados nacionais. Nessa abordagem, a reconfiguração capitalista permite a Celso Furtado integrar as relações de poder no centro de sua proposta de uma *nova economia política*, de forma que sua análise aparece como a aplicação de uma análise econômica que, através da noção de excedente, consegue captar a importância das relações de poder na configuração da economia mundial.

A noção de excedente e a *Nova Economia Política*.

Em seus textos autobiográficos Celso Furtado afirma que a noção de excedente econômico estava presente nos primórdios da economia política, remontando-a aos fisiocratas. Ela teria sido abandonada pelos neoclássicos e reapareceu, nos anos 1950 em suas próprias obras sendo depois utilizada também por Paul Baran.

Em trabalho recente, Coutinho e Bianconi (2019), retraçaram a origem desse conceito e indicaram que a concepção de Furtado é diferente da do autor de *Economia política do desenvolvimento*. Além disso, os autores forneceram uma análise minuciosa das transformações do conceito na obra de Furtado.¹

Um primeiro uso amplo da noção de excedente aparece no artigo “Formação de capital e desenvolvimento econômico” (Furtado, 1952), depois reformulado e incorporado como capítulo 2 de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), sob o título de “O mecanismo do desenvolvimento”.

Nesse texto, o autor indica que a acumulação de recursos decorrentes de uma melhora da produtividade não se transforma, necessariamente, em novos investimentos

¹ No que se segue, abordaremos apenas alguns desses trabalhos, remetendo o leitor para o rol completo no artigo citado.



capazes de elevar o produto social de uma comunidade. Ao contrário, a decisão sobre o destino desse excedente depende de fatores institucionais e políticos que podem fazer com que os recursos disponíveis sejam canalizados para o consumo conspícuo ou para obras improdutivas. A noção de excedente, portanto, permite-lhe introduzir elementos políticos, históricos e culturais como determinantes da análise do mecanismo de desenvolvimento.

Um ano depois, Furtado prepara o texto “*Desenvolvimento econômico* (ensaio de interpretação histórico-analítica)”, apresentado no ISEB em 1953 e depois publicado na revista *Econômica Brasileira* (Furtado, 1955) sendo posteriormente incluído no livro de 1961 sob o título de “O processo histórico do desenvolvimento”. Pode-se dizer que esse ensaio é a discussão mais ampla da noção de excedente feita por Celso Furtado até então. Retomando as ideias expressas anteriormente, aqui o objetivo é demonstrar que o uso do excedente pressupõe desigualdade social, e que é precisamente o fato de que os recursos disponíveis de uma sociedade são apropriados por pequenos grupos que pode dar início a uma linha de comércio exterior resultante em elevação da produtividade e iniciar um processo de desenvolvimento econômico (Furtado, 2009 [1961], p. 107). Para demonstrar essa afirmação Furtado examina historicamente a relação entre a organização social na Antiguidade, na Idade Média e na Modernidade e as principais formas de apropriação do excedente: escravidão, servidão e trabalho assalariado. Ademais, destaca a grande transformação causada pela expansão da indústria ou melhor, “a ascendência progressiva da técnica de produção ao ponto focal do sistema econômico” (idem, p. 135).

O surgimento desse sistema, sob o ponto de vista do uso do excedente, ocasiona uma transformação de fundo: se nas sociedades escravistas ou comerciais o reinvestimento produtivo do excedente era uma opção das classes que dele se apropriavam, com a industrialização e a formação de um sistema produtivo no qual o custo de produção torna-se central, o reingresso do excedente ao processo produtivo na forma de investimento e desenvolvimento tecnológico transforma-se na própria condição para a reprodução do sistema. Em outras palavras, “a economia industrial tem como característica básica o fato de que, nela, o empresário procura reinvestir os seus lucros aperfeiçoando os métodos de produção” (Idem, p. 141).



Dessa forma, a noção de excedente cumpre uma função essencial no modelo de desenvolvimento econômico de Celso Furtado pois é a partir dele que a análise histórica, social e política entram no exame dos fatores que levam ao crescimento econômico.

Como assinalam Bianconi e Coutinho (2019), a abordagem do excedente na década de 1950 também está presente nas discussões sobre a história do pensamento econômico (Furtado, 1954, 2009 [1961]) e nas obras históricas, a principal delas, *Formação econômica do Brasil*. Sobre o primeiro grupo, a perspectiva de Furtado valoriza o uso do conceito pela economia política dos séculos XVIII e XIX e identifica seu abandono pelo neoclássicos e os autores da “maturidade econômica” já no século XX. Para ele, a condição para a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico é a incorporação de aspectos históricos, sociais e políticos que variam em cada sociedade, exigindo uma conciliação entre modelos abstratos e a abordagem histórica.

Em sua análise da formação histórica da economia brasileira, embora a palavra excedente apareça sobretudo para expressar o excesso de população, pode-se considerar que a noção de excedente está subentendida na análise do fluxo de renda, indicando como o produto de cada sistema produtivo (escravista açucareiro, escravista minerador e de transição para o trabalho assalariado) é apropriado pelos grupos sociais externos ou internos e a destinação que é dada a esses recursos favorecendo ou não a criação de um impulso continuado de desenvolvimento econômico. Igualmente, é possível identificar, segundo Bianconi e Coutinho (2020) o contraste entre excedente e economia de subsistência, esta última sendo caracterizada pela ausência de trocas monetárias e do autoconsumo da produção, o que leva a uma estagnação desses sistemas econômicos, na ausência de estímulos comerciais e monetários para elevar a produtividade.

Esse conjunto de trabalhos faziam parte do esforço de reflexão sobre as condições de superação do subdesenvolvimento. Esse projeto estava direcionado em três frentes: a) formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico que abarcasse as especificidades históricas dos países subdesenvolvidos; b) análise histórica do processo de formação do subdesenvolvimento, com especial ênfase no Brasil; c)



reflexão sobre políticas econômicas que viabilizariam o esforço de industrialização da periferia.

A década seguinte, por sua vez, vai marcar a percepção crítica de que o modelo de substituição de importações não logrou completar a autonomia industrial e a redução dos principais problemas dos países subdesenvolvidos: inflação, desigualdade social e desequilíbrio externo. Esse diagnóstico, que aparece nos capítulos finais de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* é aprofundado nos livros seguintes, *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do subdesenvolvimento* (1964), nos quais a estrutura política e social ganha vulto na análise, que passa a considerar a pressão popular pela continuidade do desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e os limites que o quadro de instituições políticas coloca para a expressão e efetivação dessas demandas. O resultado das tensões reais que atingiam o Brasil, objeto desses dois livros, foi a implantação de um regime autoritário, com o apoio das classes agrárias e industriais, unidas para conter a mobilização popular.

Após o Golpe Militar no Brasil, a reflexão de Furtado abre-se em duas novas perspectivas: a) crítica à Industrialização por Substituição de Importações e formulação de seu modelo estagnacionaista; b) estudo dos condicionantes geopolíticos internacionais, sobretudo da estratégia estadunidense de controlar o desenvolvimento econômico na América Latina e, finalmente, o estudo da expansão das multinacionais no subcontinente. Os escritos desse período, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), *Um projeto para o Brasil* (1968), *Análise do 'modelo' brasileiro* (1972) discutem essas novas perspectivas, com forte ênfase para o caso brasileiro. Podemos dizer que é da crescente percepção das mudanças que ocorrem tanto na América Latina quanto no capitalismo mundial que emerge, na obra de Celso Furtado, a percepção de que a complexidade dos fenômenos econômicos exigem a reformulação das bases da teoria econômica, o que vai ser apresentado no livro de 1976.

Assim, *Prefácio à nova economia política* marca uma radicalização das propostas de Celso Furtado, algumas delas já indicadas no livro *O Mito do desenvolvimento econômico*.² Entretanto, o ensaio homônimo que abre o *Prefácio*

² Como alerta no prefácio, “os leitores que se hajam interessado por trabalhos anteriores do autor perceberão que existem diferenças entre a visão global da evolução recente do sistema capitalista, apresentada nestes ensaios, e algumas ideias sugeridas em estudos escritos em 1967 e 1968”. Diferença



guarda peculiaridades no que se refere ao esforço teórico de Celso Furtado de “reconstrução do quadro conceitual que se utiliza o economista”, “apoiada numa visão global de estruturas sociais historicamente identificadas” (Furtado, 1976, p. 11). Esforço necessário pois, a despeito de avanços na teoria econômica das últimas décadas em áreas como a econometria, macroeconomia e economia matemática, os resultados reais foram muito aquém do esperado. Para Furtado, a saída para esse impasse não estaria em ampliar e aprofundar os instrumentos e disciplinas a serviço dos economistas, mas em retomar a concepção da economia enquanto uma “ciência social” preocupada em examinar problemas de longo prazo, em que o elemento tempo é a variável fundamental, o que pressupõe “compreensão dos processos globais, ou seja, [a] construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais” (idem, p. 11). Para tanto, faz-se necessário “uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder” (idem, p. 11).

Nesse reforço de refundação da ciência econômica enquanto uma “teoria social global”, a noção de excedente econômico tem função basilar, pois é a partir da nova formulação dessa categoria que Furtado vai apreender a estratificação social e as relações de poder dentro da cada sociedade, as novas formas de estruturação do capitalismo pós-nacional e a relação entre países centrais e periféricos com as grandes empresas, reintegrando as relações de poder em nível internacional na raiz de sua Nova Economia Política.

Uma primeira transformação importante no pensamento de Furtado, com respeito à apropriação do excedente, é a crescente ênfase dada aos padrões de consumo na explicação do subdesenvolvimento. Se, nos artigos da década de 1950, os fatores institucionais entravam em conta na determinação de como um grupo social se apropria do excedente e que destino ele dá a essa massa de recursos, a análise recaía nos condicionantes que fariam com que esses recursos se transformassem em investimentos que modificariam as funções de produção, elevando a produtividade. Furtado reconhece

que se explica pelas modificações no plano internacional que ocorreram desde então, seja no sistema de poder político ou na estrutura econômica com a presença cada vez maior das grandes empresas “no quadro de oligopólios internacionais” (Furtado, 1974, p. 12).



que essa mudança esteve ligada, historicamente, aos padrões de consumo das classes minoritárias que se apropriavam do excedente e seu desejo de diversificação que acabou estimulando o surgimento de linhas de comércio.

Modificação radical nessa concepção ocorre texto “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”, apresentado em Cambridge em 1974 e publicado como segundo capítulo de *O Mito do desenvolvimento econômico*.³ Nesse trabalho, Furtado introduz a importância da análise da circulação para compreender o fenômeno do subdesenvolvimento. Para ele,

é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e a forma de apropriação do excedente) e o processo de circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendraram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes (Furtado, 1974, p. 80)

A importância da esfera da circulação, como podemos observar, extrapola a distinção entre consumo ou investimento que prevalecia em sua obra anterior. Ao contrário, Furtado indica como esse consumo modifica a estrutura produtiva ao introduzir um setor de produção intensivo em capital para atender a essa demanda, sem ter repercussões nos outros extratos de consumo. Ademais, estabelece a relação entre esse consumo e a dependência cultural, tema que já vinha desenvolvendo desde *Análise do ‘modelo’ brasileiro*, mas que ganhará contornos mais definitivos tanto nas obras seguintes.

É precisamente a importância dessa esfera da circulação e suas repercussões na estrutura de produção que Furtado busca formalizar e teorizar em *Prefácio à nova economia política*. Uma das variáveis da economia política que Furtado resgata é a noção de acumulação. Esta teria duas formas: a de “um fluxo (formação de capital: investimento)” e a de um “estoque (capital já acumulado: capacidade de produção)” (idem, p. 14), este último tendo sido pouco discutido pela economia política clássica. Uma compreensão global da acumulação deve levar em consideração as duas formas,

³ A gênese desse texto pode ser remontada, segundo Mallorquin (2005), a um artigo de 1971 (Furtado, 1971), embora a versão do *Working Paper* apresentado em Cambridge seja consideravelmente diferente, tanto dessa primeira versão, quanto do que será incorporado em *O mito do desenvolvimento econômico*. Para a diferença entre esses dois últimos trabalhos, ver (Loureiro, *et ali*, 2020).



sob o risco de não se compreender a relação entre acumulação de capital e progresso técnico. Para Furtado, a acumulação pode ocorrer tanto dentro do processo de produção (via melhoria da produtividade através do progresso técnico) ou fora da produção e nesse caso “o progresso técnico se apresenta sob a forma de modificação no estilo de vida de grupos da população” e, assim, a relação entre acumulação e progresso técnico é “regida por fatores sociais. Quanto mais concentrada a renda, mais a acumulação fora do sistema produtivo requer modificações no estilo de vida, ou seja, a introdução de novos produtos” (idem, p. 15). Para Furtado, a compreensão global do processo de acumulação, tal como exposto acima, não pode ser feita a partir dos conceitos da teoria econômica tradicional, daí o retorno à noção de excedente econômico como “ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global” (idem, p. 16). Ao abrir a possibilidade de uma acumulação que se efetiva na esfera do consumo, com modificações mais no estilo de vida do que na transformação das estruturas de produção que pudessem melhorar a produtividade social do conjunto do sistema, Furtado está ampliando os usos e consequências que podem ser extraídos da noção de excedente.

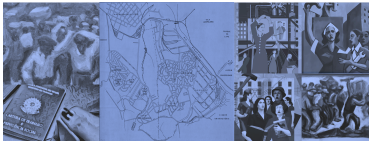
Em sua análise, Furtado avança em relação às incursões na história do pensamento econômico da década de 1950, ao indicar que os *fisiocratas* foram os primeiros a chamar a atenção ao excedente agrícola como base para as demais atividades não-agrícolas, tanto urbanas quanto rurais. Ademais, fundamenta a existência do excedente nas comunidades antigas, recorrendo a trabalhos de antropologia (Herskovits) e da sociologia (Durkheim) e afirma que este pode ser encontrado no “destino dado ao fruto do incremento da produtividade do trabalho”. Nesse sentido, “são as desigualdades dos níveis de consumo dos membros de uma coletividade que constituem a indicação irretorquível da existência de um excedente. Portanto, a teoria do excedente constitui a face econômica da teoria da estratificação social” (idem, p. 18). Daí que a disputa pela apropriação do excedente e sua destinação seja fundamental para compreender as mudanças sociais e, também, as modificações dos sistemas de poder. Se a existência do excedente significa a abertura de opções para as sociedades, a transformação é inevitável, mas não se processa de maneira igual em cada sociedade. Para Furtado a luta dos grupos sociais pelo excedente pode se dar seja em relação ao custo de reprodução da população ou à destinação final do excedente. O primeiro teve



papel fundamental nas sociedades capitalistas. Nas economias subdesenvolvidas, o segundo tipo é mais importante, considerando-se que “a massa trabalhadora seja mobilizada por líderes populistas a serviço de grupos que lutam pela apropriação de partes do excedente em benefício próprio” (idem, pp. 26-27). É fundamental ter em conta, prossegue, que o excedente é “reflexo do sistema de dominação social, o que significa que sem um conhecimento da estrutura de poder não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas” (idem, p. 29).

Essas reflexões, como podemos observar, afastam-se da ciência econômica. Ao entrelaçar o excedente econômico em uma teoria da estratificação social, histórica, os conflitos sociais, as formas de organização e os sistemas de poder entram como variáveis basilares para a compreensão não dos sistemas econômicos, mas das formações sociais que lhes são subjacentes. Daí que as relações de poder assumam papel fundamental em sua análise. Furtado define poder como “a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou dele apropriar-se. Assim, o excedente é, por si mesmo, a manifestação da existência de um sistema de poder” (p. 29). Os aspectos visíveis da apropriação do excedente são o controle de terras e/ou recursos naturais escassos, o monopólio de meios de produção ou o acesso a crédito, por exemplo. Porém, há outros aspectos do sistema econômico atual que são fontes de poder, como o monopólio sobre a inovação e a informação. Essa pressões de ordem política e social que atuam no sistema econômico são ocultas na teoria econômica pelo sistema de preços, pois este, longe de existir independentemente dos agentes, “é em realidade, a resultante da ação conjugada de todas as forças que respondem pela amplitude relativa do excedente e pela forma como este é finalmente utilizado” (p. 30).

Essa nova base conceitual permite a Celso Furtado modificar sua análise histórica das formas de apropriação do excedente. De início, a fundamentação antropológica da desigualdade das sociedades e, em seguida, a afirmação de que o destino do excedente e sua apropriação é parte constitutiva do que é o *poder*. Ademais, se na década de 1950 o exame histórico das formas de apropriação do excedente fora organizada nas formas sociais baseadas na escravidão, servidão, comércio e indústria, nesse texto a distinção é entre apropriação *autoritária* ou *mercantil*. A primeira consiste na extração de um excedente mediante a coação” e na *mercantil*, por sua vez, “a



captação do excedente no quadro de operações de troca ou intercâmbio” (32-33). Assim, o exercício do poder estaria condicionando a apropriação do excedente e não mais o contrário.

Para Furtado, a formação social capitalista se dá pelo uso do excedente para a captação de outro excedente, o que está na base das operações mercantis. No que concerne às estruturas de poder capitalista, por sua vez, estas se fundam “no controle do excedente que permanece incorporado aos processos econômicos, de intercâmbio ou diretamente produtivos” (p. 36). Contudo, nesse sistema “formas encobertas de coação desempenham papel fundamental, pois o uso do excedente para a extração de outro excedente, ou seja sua transformação em capital, pressupõe a imposição de determinadas relações sociais” (p. 37). Daí que Furtado defina capitalismo como “uma formação sócio-política, ou seja, como uma estrutura de poder que impõe as relações sociais nas quais o excedente mais facilmente se transforma em capital” (p. 37).

Assim, podemos perceber como Celso Furtado reenquadra o excedente em uma moldura teórica mais ampla da que a formulada na década de 1950. Para além da demonstração mais refinada das raízes das desigualdades sociais como origem do excedente econômico, as formas de apropriação do excedente levam Furtado a destacar o caráter essencialmente social e político do poder exercido pelos grupos sociais no monopólio de recursos. Ademais, são essas mesmas relações de poder que lhe permitem denunciar o caráter fictício e ideológico do sistema de preços, que encobre a realidade da apropriação do excedente. Ainda nesse campo, a modificação da maneira de abordar os mecanismos de apropriação do excedente, das formas históricas – escravidão, servidão, comércio e indústria – para uma análise do conteúdo político da apropriação – autoritarismo ou relação de troca – abre a possibilidade de tensionar ainda mais a ciência econômica, pois coloca as relações de poder na raiz dos fenômenos econômicos.

Em seguida, Furtado discute a difusão do modo de produção capitalista, que é vista por meio das formas de articulação, via comércio internacional de economias nacionais com níveis de acumulação diversos. Nesse ponto, podemos perceber também como Celso Furtado coloca a noção de excedente como essencial para interpretar a expansão do capitalismo. Essa expansão se deu em dois níveis: “ao mesmo tempo que adquiria espessura, ou se se desenvolvia verticalmente em certas áreas, o capitalismo



aumentava sua capacidade expansiva horizontal, o que permitia incorporar novas áreas aos seus circuitos comerciais [...] os dois processos de expansão do capitalismo [...] estavam interligados, condicionando-se mutuamente” (idem, p. 53). Essa expansão internacional não necessariamente foi acompanhada de uma expansão do modo de produção capitalista, de maneira que regiões, sobretudo as subdesenvolvidas ou pré-capitalistas, continuaram mantendo a apropriação do excedente de forma autoritária.

Nota-se portanto, nova modificação com respeito aos textos anteriores de Furtado. Enquanto em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, por exemplo, a diversidade de níveis de produção e de incorporação do progresso técnico definiram o fenômeno do subdesenvolvimento, aqui, o desnível de produtividade e acumulação, em sua renovada concepção do excedente e de seu aspecto político, permite que ele derive consequências para as formas de consumo que caracteriza como *modernização*. Para ele, a “inserção nos novos circuitos comerciais alimentaram novas formas de consumo de grupos privilegiados conduzindo ao que posteriormente se chamaria de processo de modernização” (idem, p. 54). Para Furtado, novamente enfatizando os circuitos da acumulação e aprofundando sua concepção sobre o mecanismo de desenvolvimento econômico, o impulso principal para o estabelecimento de linhas comerciais que, ao se preservarem, elevaram a produtividade nas sociedades pré-capitalistas, teve como origem e consequência, de fato, “a imposição de padrões de cultura, os quais condicionariam subsequentemente o processo de acumulação, pois a industrialização nessas regiões se realizaria para ‘substituir’ importações” (idem, pp. 54-55).

Por sua vez, a expansão do sistema capitalista esteve ligada às formas de elevar a extração do excedente pelos grupos dominantes, agora em escala global. Nesse ponto, Furtado recupera que a expansão do capitalismo se deu como resposta à elevação dos custos de mão-de-obra interna e aos limites dos mercados nacionais. Em suas palavras, “a evolução ao nível do sistema de dominação constitui a chave para compreender a difusão do modo capitalista de produção e as formas particulares que assumirão as formações sociais” (p. 59). No que tange aos países subdesenvolvidos, o modo de produção capitalista foi assimilado com a manutenção de formas de extração do excedente autoritárias.



É precisamente nessa perspectiva de compreensão da difusão global do sistema capitalista que Celso Furtado introduz as empresas transnacionais, reconhecendo-as como uma “importante inovação na organização das relações entre formações socioeconômicas, particularmente no que respeita às técnicas de transferência internacional do excedente” (idem, p. 56).⁴ Para ele, as atividades transnacionais são a extrapolação das transações mercantis do nível dos produtos para os processos produtivos, mantendo-se a unidade de comando. Por sua vez, a significação fundamental dessa nova forma de produção é que “ela contribui para reforçar o poder dos grupos que controlam a produção, ao mesmo tempo que permite planejar a produção num espaço plurinacional” (idem, p. 57).

Para Furtado, o que é essencial, é que “as atividades transnacionais constituem um meio de manter elevado excedente ali onde fatores endógenos pressionam no sentido de aumento relativo do nível de vida da massa da população” (idem, p. 58). Isso faz com que seja possível se reforçar os sistemas de dominação existentes, ampliar o excedente e acelerar-se a difusão do modo capitalista de produção.

A efetiva ligação entre as empresas transnacionais enquanto nova forma de produção e de decisão, seu papel na extração do excedente e, finalmente, seu poder político marca uma ampliação e sistematização de ideias que vinham sendo discutidas desde finais da década de 1960. A perspectiva de que a ligação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos se deu pela instalação de um setor moderno nas economias pré-capitalistas que não é capaz de modificar o conjunto das estruturas e convive com um setor arcaico é modificada pelo papel das empresas transnacionais enquanto agentes de introdução de funções de produção cujo cerne de sua razão de ser é atender ao desejo de consumo conspícuo das elites que se apropriam do excedente de forma autoritária na periferia. De uma relação desigual baseada na incorporação de técnicas de produtiva poupadoras de mão-de-obra obra, Furtado agora observa as empresas transnacionais enquanto manifestação de relações de poder desestabilizadoras

⁴ Cabe destacar que a denominação dessas empresas varia nas obras de Celso Furtado. Em *O Mito do desenvolvimento econômico*, por exemplo, prefere referir-se a elas como “grande empresa” (Furtado, 1974, p. 33, n. 16). Em *Prefácio à Nova Economia Política*, usa empresa transnacional definindo-a como “as atividades econômicas que estão organizadas, ao nível da produção, num espaço que compreende vários países, obedecendo a uma unidade de comando”. São atividades diversificadas, mas estruturadas em torno de um setor no qual o grupo “ocupa uma posição forte no plano tecnológico” (Furtado, 1976, p. 57).



que reiteram as desigualdades sociais na periferia. Além disso, ce Celso Furtado notou que a crescente expansão das empresas transnacionais estava minando a capacidade dos Estados de gestão e decisão sobre a política econômica, isso aparecia como parte de uma estratégia de reforço da dominação ou tutela norte-americana sobre espaços regionais no pós-Segunda Guerra. Na década de 1970 Furtado percebe não apenas que o movimento para espaços compartilhado de poder entre EUA, Europa e URSS foi se transformando cada vez mais em uma expansão do poder econômico, político e militar dos Estados Unidos, enquanto o movimento de transnacionalização vinha criando tensões cada vez mais profundas com seus Estados de origem. A compreensão dessas novas formas de exercício de poder dentro de uma teoria do excedente sedimentada na dominação política e na estratificação social coroa esse processo interpretativo e coloca as relações de poder como um fenômeno inescapável para a compreensão da globalização do sistema capitalista.

Para averiguar com mais vagar a concepção de Celso Furtado sobre a transnacionalização, passamos a examinar o texto “O capitalismo pós-nacional”,⁵ segundo capítulo de *Prefácio à nova economia política*, fazendo referência, igualmente, a outros trabalhos publicados nesse livro e no anterior, *O mito do desenvolvimento econômico*.

A transnacionalização do capital e o capitalismo pós-nacional

Furtado compreende as empresas transnacionais a partir de alterações ocorridas nos padrões históricos de industrialização. A industrialização inglesa se fez com integração dos mercados internacionais e a criação da Divisão Internacional do Trabalho. Por sua vez, na segunda onda de industrializações do final do século XIX, os países apoiaram-se em seus *mercados internos*, com forte planejamento dos Estados Nacionais e criação de conglomerados monopolistas ou oligopolistas.

⁵ O trabalho foi escrito para o Colóquio Econômico Irã-Europa, organizado pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES) da Universidade de Paris e o Centro de Altos Estudos da Universidade de Teerã em 1975. Para mais informações sobre esse evento ver Renata Bianconi (2014, pp. 443 e segs).



A reconstrução do comércio internacional após a Segunda Guerra Mundial, sob a tutela norte-americana, gerou uma homogeneização nos níveis de renda dos países industrializados e a expansão e unificação do espaço comercial. Esse processo, embora liderado politicamente pelos Estados Unidos, teve sua contrapartida econômica na expansão das empresas transnacionais. Dessa forma, “o traço mais característico do capitalismo na sua fase evolutiva atual reside em que ele prescindir de um Estado, nacional ou plurinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores do conjunto da atividade econômica”. Em outras palavras, “os sistemas nacionais, marcos delimitadores do processo de industrialização na fase anterior, foram perdendo os seus contornos” (idem, p. 74).

O paradoxo do capitalismo atual é, portanto, a crescente ausência de um poder controlador das decisões econômicas das empresas e, ao mesmo tempo, estas mesmas, enquanto estruturas monopolistas ou oligopolistas, requerem elevado grau de planejamento e coordenação a nível internacional para administrar preços, financiar investimentos e desenvolver tecnologia. Ademais, sob o ponto de vista da organização produtiva, elas estão em processo de integração horizontal e vertical, o que lhes permite a incorporação de novos processos via transferência de recursos internos dentro do grupo empresarial, criando não apenas economias de escala na produção, formas de diminuição da carga tributária e ganhos financeiros pela transferência interna de recursos entre atividades de uma mesma organização. Para Furtado, “essa dupla coordenação, obtida através de estruturas oligopolistas e das instituições financeiras, constitui a característica fundamental do capitalismo em sua fase atual. A ela se deve, em boa medida, a intensificação do crescimento das economias capitalistas e também a considerável aceleração no processo de concentração do capital” (idem, p. 76).

Em decorrência desse processo, a instabilidade econômica internacional não apenas cresceu, mas se manifesta de maneira diferente na atualidade. A expansão da liquidez internacional que, a um só tempo, consolida o dólar como moeda de troca no comércio internacional e alimenta fluxos de financiamento fora do controle dos Estados nacionais faz com que as crises se originem no comércio mundial. Dessa forma, se antes, a crise de uma economia nacional se propagava para o exterior, agora, “os principais focos de instabilidade se formam na dimensão internacional, mas sua



propagação dentro das economias nacionais é freada por rigidezas (sic) estruturais e corrigida ou compensada pela rápida ação dos governos” (idem, p. 83).

A interpretação sobre as transformações no capitalismo mundial, como não poderia deixar de ser, levou Celso Furtado a repensar, também, as relações entre o centro e a periferia, captando as vultosas transformações que ocorreu entre os dois polos principais do sistema capitalista.

Os países que não se industrializaram no novecentos tornaram-se economias dependentes no século XX. Embora Furtado não rejeite a concepção de que o impulso inicial das economias pré-capitalistas se deu pelo comércio internacional e a criação de um setor moderno de exportação que, a depender das condições sociais, econômicas e políticas pôde evoluir para o surgimento de um setor industrial, a ênfase agora reside menos no processo de expansão produtiva do que no perfil de consumo e suas implicações. Na nova terminologia, a especialização produtiva decorrente do contato com economias industrializadas fez com que os países pré-capitalistas tivessem um excedente de comércio apropriado por uma minoria, utilizando-o para “financiar a difusão do fluxo de inovação ao nível dos bens de consumo”. O resultado foi um processo de modernização “do estilo de vida de uma minoria” cuja mutação no padrão de consumo não foi acompanhado pela “assimilação de novas técnicas produtivas” (idem, p. 92). Com isso, Furtado modifica a definição de países centrais e periféricos: os primeiros passaram por um processo de industrialização com elevada acumulação de capital enquanto os segundos experimentaram uma “modernização das formas de consumo de uma parte da população antes de engajar-se decididamente no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, portanto, menos de um problema de nível de desenvolvimento do que de diferença qualitativa no processo de desenvolvimento” (idem, pp. 92-93).

A industrialização periférica não se fez no sentido de acumulação de capital em um sistema nacional. Ao contrário, reforçou a integração no sistema de divisão internacional do trabalho, concentrando-se em atividades ligadas ou complementares ao setor exportador.

É nesse quadro que surge o modelo de Substituição de Importações, que é visto agora como uma forma de garantir a lucratividade do setor de importações. Esse



processo acabou por “reforçar a estrutura social pré-existente, baseada na apropriação por uma minoria do excedente derivado da especialização internacional e na reprodução da mão-de-obra no quadro de uma economia de subsistência” (idem, p. 93).

Assim, nos países periféricos há um atraso na acumulação ligada ao processo produtivo em relação ao padrão de consumo adotado. Porém, enquanto se importava bens de consumo corrente, a acumulação acontecia nos países exportadores. Entretanto, quando se trata de bens de consumo duráveis, a acumulação acontece nos países exportadores no que se refere ao avanço tecnológico e de acumulação de capital e também nos países periféricos, mas no nível dos agentes que o consomem, o que implica maior concentração de renda, viabilizada pela redução da parcela do excedente disponível para o conjunto da população (idem, p. 93-94).

Aqui, portanto, podemos perceber a ruptura com a interpretação inicial sobre o processo de Substituição de Importações. Na interpretação anterior, ele era visto como sucessivas etapas para superar o estrangulamento externo e interiorizar processos produtivos complexos. O grau de subdesenvolvimento de uma economia era medido pelo grau de expansão do setor industrial e sua capacidade de absorção do setor pré-capitalista, arcaico e rural, onde a produtividade e o nível salarial eram baixíssimos. O desenvolvimento desse processo, ao longo da década de 1950 foi mostrando que o setor moderno, industrial não conseguia absorver a totalidade do setor de subsistência enquanto os investimentos de substituição de importações eram desviados para setores de baixa produtividade social, o que exigia o planejamento econômico como um instrumento de correção e o estabelecimento de incentivos para elevar a produtividade no conjunto do sistema.

Ao colocar no cerne de sua análise, nos anos de 1970, a esfera da circulação, Celso Furtado passa a observar, além da estrutura produtiva, como a função de produção adotada com a expansão do setor de bens de produção e bens de consumo duráveis determina a concentração da renda, como forma de viabilizar o consumo nos setores modernos, intensivos em capital e baseados na elevada rotatividade dos bens. É fundamental observar, portanto, que parte dessa interpretação, especialmente a relação entre a elevação relação produto/capital e consumo restrito aos setores de maiores rendas foi formulado pela primeira vez em sua tese sobre a estagnação econômica



(Furtado, 1966). Assim, não se pode afirmar que a totalidade dessa interpretação fora descartada por Furtado.⁶ Ao contrário, para ele, a expansão da industrialização no capitalismo periférico se apoia em dois mercados. O primeiro, ligado aos bens de consumo, recebe demanda dos trabalhadores assalariados, cujo nível de rendimentos tende a ser baixo pois é próximo ao nível de subsistência. O mercado de bens de consumo duráveis, por sua vez, apoia-se nos setores que detêm a propriedade ou recebem elevados salários, porém sua base de demanda é mais restrita. Para Furtado, “havendo-se formado sob a influência das importações, este mercado constitui o foco de irradiação dos valores culturais do capitalismo central” (idem, p. 94).

A expansão da industrialização na periferia, prossegue, apoia-se nesse segundo mercado, onde é maior a intensidade tecnológica e a necessidade de capital, o que exige maior esforço de poupança e pressupõe a concentração da renda. Por sua vez, o avanço desse setor é condição para a implantação do setor de bens intermediários, que criariam as economias externas para viabilizar a continuidade da produção dos bens de consumo duráveis.

Dessa forma, recuperando a noção de excedente e sua relação com os grupos sociais e seus padrões de consumo, Furtado argumenta que o capitalismo periférico tem “estruturas internas de dominação” formadas por ‘burguesias dependentes, que atuavam como focos irradiadores dos valores culturais gerados nos países de capitalismo central. Originou-se, assim, a dominação cultural dentro da qual se moldariam as estruturas econômico-sociais” (idem, p. 96). Essa burguesia nacional, embora tendo ampliado a sua participação no controle e direção do Estado o fez, a partir da década de 1940, “no quadro de crescente integração tecnológica, financeira e administrativa com firmas de ação transnacional, o que emprestaria à industrialização brasileira e periférica em geral, o caráter de prolongamento das atividades industriais dos países centrais” (idem, p. 97).

Por outro lado, o Estado tem um papel maior na industrialização periférica do que teve nos países capitalistas centrais. De fato, ele assumirá os custos de financiamento e atuará, ele mesmo, em setores importantes criando as economias

⁶ Essa percepção é compartilhada por Maurício Coutinho (2019, p. 757) que, entretanto, enfatiza os seguintes aspectos: “a utilização da combinação de acelerador e taxa de poupança como a medida do crescimento efetivo e potencial da economia, a atenção às relações entre distribuição de renda e estrutura de demanda. A permanente busca dos descompassos – ou da recomposição do equilíbrio – entre oferta e demanda permanece um traço fundamental da análise econômica de Furtado”.



externas para a implantação de outros setores industriais, sob controle ou do capital nacional ou, sobretudo, do estrangeiro. Assim, no capitalismo periférico, há maior interdependência entre o político e o econômico. Mas, conclui Furtado, uma vez que o processo de industrialização pressupõe cada vez mais a concentração de renda, o Estado pode assumir, muitas vezes, o papel de Estado autoritário para garantir o avanço do processo contendo os conflitos sociais que são inevitáveis.

Considerando-se a análise feita até então, podemos dizer que, embora Celso Furtado tenha avançado em sua interpretação sobre o Processo de Substituição de Importações e modificado a forma de compreender as relações entre centro e periferia, é de se notar que um aspecto fundamental de sua tese sobre a estagnação latino-americana reaparece nesse ensaio. A forte expansão do setor de bens de consumo duráveis, viabilizado pelo ingresso das empresas estrangeiras na América Latina e das novas formas de financiamento disponíveis no mercado internacional com a elevação da liquidez gerou um padrão de consumo que imita os países centrais, sem que se haja consolidado aqui o mesmo nível de acumulação de capital e de autonomia tecnológica. Esse setor, que dá a dinâmica econômica dos países periféricos em que se implantou pressupõe e acentua a concentração de renda em uma minoria da população, criando a demanda para esses artigos.

Se Celso Furtado não abandonou completamente sua análise a respeito a respeito da estrutura produtiva na América Latina, embora reconheça que a tendência à esganação foi superada pelos investimentos estrangeiros, no que se refere às perspectivas para a periferia nesse novo arranjo internacional, ele parece presenciar a emergência de um cenário no qual a periferia pode reafirmar sua importância e buscar reter parte do excedente que ela produz e que se direciona ao Centro.

As condições para que isso aconteça, no entanto, ainda são incertas no momento de redação do ensaio. Para Furtado, o que se observa após a II Guerra Mundial é o aprofundamento das disparidades entre centro e periferia. As elevações de produtividade são distribuídas entre capitalistas e trabalhadores nos países industrializados enquanto, na periferia, há um duplo processo de concentração da renda: parte dela vai para o centro, na forma de pagamento pelas tecnologias e, parte da renda



que fica concentrada nas mãos de uma “minoría que reproduz o estilo de vida gerado no centro” (idem, p. 100).

A essa tendência junta-se outra, de crescente integração das economias centrais, viabilizado pela participação cada vez maior das empresas originadas desses países no conjunto do comércio internacional e maior integração produtiva em cada uma delas. Elas se expandem mais rapidamente do que os setores tradicionais e “escapam em grande medida ao controle dos centros de decisão nacionais e plurinacionais atualmente existentes” (idem, p. 115). Como resultado dessa expansão, os países centrais, nos últimos anos, tiveram que aceitar maior margem de inflação e desemprego, pois a dinâmica dos investimentos e da liquidez internacional não obedece mais a projetos coordenados nacionalmente. A instabilidade internacional e os choques vindo do exterior fizeram com que os países percebam a necessidade de coordenar e “modificar as ‘regras do jogo’” (idem, p. 115).

É justamente a percepção dessa necessidade de coordenação e decisão pelos Estados que abre espaço para uma atuação mais incisiva dos países periféricos. Furtado percebe que está ocorrendo, nos últimos anos, uma modificação na relação de forças entre centro e periferia, em favor da segunda. Três fatores contribuem para isso: a) o fim das estruturas coloniais e a dificuldade dos EUA de coordenar as transformações e a direção do desenvolvimento dos novos países; b) a crescente importância dos recursos não-renováveis da periferia e de sua mão-de-obra e c) a ampliação do setor público e o surgimento de uma burocracia “nacionalista” nesses países que busca proteger a exploração de recursos naturais não-renováveis.

Esses três elementos aparecem como as principais questões a ser resolvidas no capitalismo mundial. Entretanto, a afirmação da importância da periferia não está garantida nem será fácil.

O diagnóstico de Celso Furtado é de que as tensões e os conflitos tenderão a aumentar antes que um reequilíbrio na distribuição dos recursos aconteça. Em *O mito do desenvolvimento econômico*, ele alerta que a estrutura do sistema, ao ampliar as desigualdades e excluir parcelas crescentes da população tende a gerar conflitos sociais que possivelmente levarão a um desenvolvimento econômico “num sentido mais igualitário” (Furtado, 1974, p. 74), reduzindo a pressão sobre os recursos naturais, o que



poderia, ou não, ser aproveitado pelos países periféricos. Dois anos depois, ao redigir o ensaio *O capitalismo pós-nacional*, a visão não se alterou significativamente. Furtado vê o surgimento de programas de reconstrução social, o que implicaria na modificação na forma de relação dos Estados nacionais com as empresas transnacionais. Para ele:

as tensões estruturais mais significativas que se manifestam tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista parecem favorecer a subordinação dos critérios econômicos a valores sociais. Seria ingênuo imaginar que a época das disparidades crescentes entre centro e periferia e dentro dos países periféricos esteja nos seus últimos dias. Mas existem indícios de que se gesta uma época de convergências para uma concepção do desenvolvimento que implica em novo projeto de civilização” (Furtado, 1976, p. 112).

Com isso Furtado manifesta certo otimismo não no desenvolvimento automático e na melhora garantida da situação da periferia, mas sim em que as tensões sociais entre os dois polos do sistema têm condições de ser encaminhadas para a recuperação de certa margem de manobra e de negociação para os países periféricos. O que importa destacar, finalmente, é que esse diagnóstico é resultado de uma análise do capitalismo pós-nacional erigida sobre a renovada concepção do excedente econômico jogando luz sobre os processos de acumulação, a estratificação social e a imbricação entre apropriação econômica e poder. Ademais, a extrapolação dessa noção para o comércio internacional o permitiu deslindar o papel das empresas transnacionais e, também, reinterpretar a evolução econômica da periferia ao longo do século XX, na qual a esfera da circulação e do consumo ganharam o primeiro plano.

Considerações finais

Em nosso percurso, buscamos destacar aspectos de uma obra ainda pouco lida, *Prefácio à Nova Economia Política*. Seguindo as indicações do próprio Furtado e de seus intérpretes, situamos o livro dentro de um conjunto mais amplo de trabalhos, iniciados com *O mito do desenvolvimento econômico*, e cujo ponto final seria o livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Crucial para essa modificação foi sua passagem pela Universidade de Cambridge entre 1973 e 1974, embora a produção dos textos examinados nesse artigo tenha se originado também em outros contextos.

Nossa análise destacou o reenquadramento da noção de excedente econômico e as possibilidades teóricas que sua utilização trouxe para a revisão de aspectos fundantes



da ciência econômica, bem como para sedimentar sua interpretação sobre as transformações no capitalismo pós-nacional e os novos elementos que compõem as relações entre o centro e a periferia.

Identificamos as rupturas no pensamento do autor, sobretudo na interpretação sobre a Industrialização por Substituição de Importações que se deslocou da lógica do estrangulamento externo e das relações entre os setores exportador, industrial e arcaico para um exame que, sem descartar essas variáveis, compreendeu-as dentro de um arcabouço maior dado pela importância da esfera da circulação, o que lhe permitiu abrir caminho para seu exame dos padrões de consumo das elites econômicas periféricas e sua emulação de valores criados nas economias centrais.

Finalmente, essa incursão ao livro *Prefácio à Nova Economia Política* demonstra como a dinâmica do pensamento Celso Furtado se constrói em resposta às transformações que ocorriam no capitalismo mundial e em decorrência de sua observação da realidade dos países periféricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCONI, Renata. *L'oeuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d'un intellectuel et homme d'État*. Paris: Université Paris-Sorbonne, 2014 (Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea).

———. Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 1, p. 155-188, 2016.

———; COUTINHO, Maurício C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. *Nova Economia*, v. 29, p. 1141-1169, 2020.

COUTINHO, Maurício C. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, 28 (3), pp. 741–759, 2019.

CUNHA, A. M., & BRITTO, G. When development meets culture: the contribution of Celso Furtado in the 1970s. *Cambridge Journal of Economics*, 42(1), 177-198, 2018.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952.

———. Desenvolvimento Econômico (Ensaio de Interpretação histórico-analítica). *Revista Econômica Brasileira*, v. 1., n. 1, jan-mar., 1955.

———. Desenvolvimento e subdesenvolvimento [1961]. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

———. *A economia brasileira*. (Contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: A noite, 1954.

———. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

- _____. Dependencia externa y teoria económica. *El trimestre económico*. México, n. 150, p. 335-349, abr./jun., 1971.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* [1978]. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- _____. *Os ares do mundo*. In: FURTADO, Celso. *Obras autobiográficas*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra: Volume 3, 1997.
- _____. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. Organização e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- _____. *Correspondência Intelectual (1949-2004)*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- LOUREIRO, P; RUGITSKY, F. & SAAD-FILHO, A. Celso Furtado and the Myth of Economic Development: Rethinking Development from Exile, *Review of Political Economy*, 33:1, pp. 28-43, 2021
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado, um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULA, João Antonio de. *Capítulos de história do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2022.